

## **Gênero e educação frente ao conservadorismo brasileiro**

### **Gender and education in the face of brazilian conservatism**

DOI:10.34117/bjdv7n9-182

Recebimento dos originais: 07/08/2021

Aceitação para publicação: 13/09/2021

#### **Robério Gomes dos Santos**

Discente do Curso de Direito, Estagiário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE)

Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado

Endereço: Rua Monsenhor Frota, nº 609, Bairro Centro, Icó-CE, Brasil

E-mail: roberio.dsantos@hotmail.com

#### **Rosimeire Alves Bezerra**

Bacharela em Psicologia (UNIVS), Pós-graduanda em Psicologia Escolar e Educacional (FAVENI), Formação Clínica em Gestalt-terapia em Andamento (Clínica Diálogos)

Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado

Endereço: Rua Monsenhor Frota, nº 609, Bairro Centro, Icó-CE, Brasil

E-mail: meire.alves.bezerra@gmail.com

#### **Alinny Alice Batista**

Bacharela em Psicologia (UNILEÃO)

Instituição: Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Endereço: Av. Maria Letícia Leite Pereira, s/n, Lagoa Seca - Cidade Universitária

Juazeiro do Norte-CE, Brasil

E-mail: alinnybatistah@gmail.com

#### **Narcelyanne Maria Alves de Moraes Teixeira**

Bacharela em Psicologia (UNIVS), Pós-graduanda em Psicologia Social (FAVENI)

Formação Clínica em Gestalt-terapia em Andamento (Clínica Diálogos)

Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado

Endereço: Rua Monsenhor Frota, nº 609, Bairro Centro, Icó-CE, Brasil

E-mail: narcelyanne@gmail.com

#### **Beatriz da Silva Santos**

Bacharela em Psicologia (UNIVS), Pós-graduanda em Psicologia Hospitalar (FAVENI)

Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado

Endereço: Rua Monsenhor Frota, nº 609, Bairro Centro, Icó-CE, Brasil

E-mail: beatrizmelky@hotmail.com

#### **Antônia Gabrielly Araújo dos Santos**

Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA)

Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (DAMÁSIO)

Graduada em Direito (URCA), Advogada, Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS) e da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Araripina (FACISA)

Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado

Endereço: Rua Monsenhor Frota, nº 609, Bairro Centro, Icó-CE, Brasil  
E-mail: gabriellyaraujo@univs.edu.br

## RESUMO

A abordagem de gênero na educação escolar tem encontrado muitas dificuldades diante do conservadorismo do sistema educacional brasileiro, tendo se intensificado com a “onda conservadora” que se espalha pelo Brasil, especialmente com o governo do presidente Bolsonaro, gerando reflexos na educação. O presente trabalho teve como objetivo geral discutir gênero e educação frente ao conservadorismo atual no Brasil. Foi possível perceber que gênero é uma construção social e cultural, reflexo dos papéis sociais impostos pela sociedade; que a educação brasileira é muito conservadora, resistente a abordagem de gênero no âmbito escolar, também reforçando os papéis de gênero na escola; e que a onda conservadora que se alastra pelo país reforça ainda mais o conservadorismo na educação.

**Palavras-chave:** Educação, Gênero, Conservadorismo, Escola Sem Partido.

## ABSTRACT

The gender approach in school education has encountered many difficulties in the face of the conservatism of the Brazilian educational system, having intensified with the “conservative wave” that spreads across Brazil, especially with President Bolsonaro's government, generating reflexes on education. The present work had as general objective to discuss gender and education in face of the current conservatism in Brazil. It was possible to see that gender is a social and cultural construction, a reflection of the social roles imposed by society; that Brazilian education is very conservative, resistant to a gender approach in the school environment, also reinforcing gender roles at school; and that the conservative wave that is spreading across the country further reinforces conservatism in education.

**KEYWORDS:** Education, Genre, Conservatism, School Without Party.

## 1 INTRODUÇÃO

A temática de gênero cada vez mais se faz presente em nosso cotidiano, frente as mudanças pelas quais nossa sociedade vem passando, no que diz respeito aos espaços sociais e de trabalho que a mulher tem conquistado nas últimas décadas, pela maneira como os indivíduos estão se relacionando, com o surgimento de novas identidades sociais, que modificaram a forma como as pessoas se reconhecem enquanto sujeitos(as), pelos estudos de gênero, dentre outros.

Diante de alterações tão significativas verificadas em nossa sociedade, a educação, em especial a educação infantil e a educação escolar, não poderiam ficar de fora deste contexto, visto que a escola é reflexo da sociedade, pois, como um dos espaços onde acontece a socialização da criança/adolescente, a construção de vínculos, onde deve-se aprender a convivência com as diferenças, sejam elas de raça, de classe social, de ideias,

e porque não falar de gênero, haja vista que quem está no ambiente escolar é um(a) sujeito(a) com capacidade de reflexão, que está em processo de construção da sua identidade e possui singularidades.

O interesse pelo tema surgiu diante do contexto político e social no qual se encontra o Brasil nos últimos anos, especialmente com o governo do presidente Jair Bolsonaro, tempo este que está sendo marcado por visões ideológicas conservadoras que estão repercutindo negativamente nas conquistas sociais de movimentos feministas, de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgênero, travesti, intersexual, e outras (LGBTQI+), negros, pessoas com deficiência e de pobres, o que vem contribuindo para intensificar as desigualdades sociais e de gênero no Brasil.

Acreditamos que este estudo proporcionará reflexões no ambiente acadêmico e também no âmbito das instituições de ensino regular para que a temática de gênero seja desmitificada, trazendo assim à tona a informação adequada sobre o assunto, para combater os preconceitos, possibilitando a formação de estratégias de forma a instigar rupturas nas estruturas educacionais conservadoras.

O presente artigo tem como objetivo geral discutir gênero e educação frente ao conservadorismo brasileiro e como objetivos específicos: analisar a temática de gênero na educação; identificar as concepções ideológicas do movimento escola sem partido e investigar os aspectos conservadores na educação que interferem para o ensino de gênero.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de artigos que tratam sobre gênero, gênero e educação, conservadorismo na educação e movimento escola sem partido. Utilizamos a abordagem exploratória, descritiva e qualitativa (GIL, 2019).

## **2 EDUCAÇÃO (NEO)CONSERVADORA BRASILEIRA**

O neoconservadorismo, surgiu pós-segunda guerra mundial, entre 1960-1970, como uma ideologia contrária ao estado de bem-estar social, por entender que o mesmo provocaria um desestímulo laboral, teria um impacto negativo na economia e com a adoção dos programas sociais, geraria uma igualdade, que na visão conservadora era uma perversão, buscava-se assim, acabar com o mesmo. Através de uma outra concepção de política econômica, os neoconservadores defendiam uma nova maneira de gerir o Estado, alicerçada no capitalismo (LIMA, 2019).

Sendo assim, os neoconservadores(as) compreendem os valores antigos como os corretos para a sociedade, contrários à época contemporânea, buscando permanecer com as tradições, avessos(as) ao novo, como aos direitos civis, aos direitos sociais,

conquistados nos anos 1960, onde os(as) mesmos(as) acreditavam que tais direitos provocariam uma depravação social (LIMA, 2019).

Para Santos (2020), o surgimento de um novo conservadorismo no Brasil, chamado de neoconservadorismo, se deu em meados de 2005, quando de discussões no legislativo federal relativo à pauta do aborto. Este neoconservadorismo traz consigo uma diferença em relação ao antigo conservadorismo, qual seja, o foco do combate as questões de gênero, a temas como família, orientação sexual, direitos reprodutivos, dentre outros.

De acordo com Lima (2019), existem três visões conservadoras no país, quais sejam: o anticomunismo, que ganhou uma releitura na América Latina, frente ao bolivarianismo proposto pelo Hugo Chaves. Segundo os defensores desta perspectiva existiria uma ameaça comunista, que estaria querendo dominar nosso continente, e no Brasil o exemplo concreto seria o Partido dos Trabalhadores (PT); o fundamentalismo religioso, que vem em uma crescente constante desde meados de 1990, que comunga da ideia que existe uma verdade, que é a que está na bíblia, sendo pois uma verdade absoluta, que não pode ser questionada, é esta a tese defendida por diversas denominações religiosas protestantes, bem como, pela Igreja Católica, a partir desta “concepção de mundo”, tais defensores (Bolsonaro, Silas Malafaia, Rodrigo Constantino, etc.) são radicalmente contrários ao debate de temas como aborto, casamento homoafetivo, questões de gênero, dentre outras.

Além deste, temos o libertarianismo, que defende a menor intervenção do Estado na vida privada das pessoas, em questões como a educação dos filhos, bem como, são favoráveis as ideias de mercado, tendo uma visão positiva em relação as desigualdades sociais. Um forte defensor desta ideia é Olavo de Carvalho, que não somente é um anticomunista, como também, um fundamentalista religioso, de base católica, que pensa e divulga as ideologias do Movimento Escola sem Partido (MESP), o que demonstra que é possível vislumbrar sujeitos que se enquadram em mais de umas dessas visões conservadoras, sendo esta divisão unicamente didática (LIMA, 2019).

A eleição de 2018, foi o reflexo desta escalada do movimento conservador no país, especialmente quanto as questões de gênero e sexualidade na educação. A campanha presidencial do referido ano foi marcada por *Fake News* sobre estas temáticas, por meio de notícias sem qualquer comprovação científica, com acusações de vieses machistas, homofóbicos, ao mesmo tempo em que ecoavam as ideais do MESP, com acusações de doutrinação da esquerda nas escolas e universidades, sendo assim, necessária a limitação das ações dos(as) docentes ante seus(as) alunos(as), bem como, de uma suposta ameaça

comunista no país, capitaneada pelo PT, o que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro (SILVEIRA; TERRA, 2019).

Segundo Junqueira (2019), o avanço em diversos países de grupos religiosos contrários a temática de gênero se deve pelo medo de que tal assunto adentre aos espaços religiosos, na seara política, bem como, nos demais espaços sociais, com vista que as igrejas não percam a hegemonia de poder sobre o pensamento dos seus seguidores, evitar que políticas de direitos humanos, das minorias como mulheres, LGBTQI+ não avancem, pois este público é o principal divulgador, produtor dos estudos de gênero, o que culmina divergindo dos interesses dos seguimentos religiosos majoritários (catolicismo e protestantismo).

Sendo assim, os seguimentos conservadores e religiosos pregam a visão que a família tradicional (homem/mulher) é a natural e única a ser creditada, devendo ser seguida por todos; que a maternidade estaria na “essência da mulher”, não podendo assim, ser questionada; que a heterossexualidade é correto, e a homossexualidade uma prática a ser abominada, tudo isto como uma forma de manter ou retornar ao *status quo ante* no qual o “normal” da sociedade é a família biológica composta por um homem e uma mulher, heterossexual, ou seja, a família tradicional, heteronormativa, nos moldes do patriarcalismo (JUNQUEIRA, 2019).

É notório o conservadorismo presente na educação brasileira, pois ela busca sempre permanecer com o que já está posto, numa visão tradicional e em muitos aspectos ultrapassada de educação, fechada para os novos desafios que se impõem pelas novas gerações que hoje adentram as salas de aula, como a necessidade dos(as) professores(as) trabalharem com metodologias mais ativas, que estimulem o interesse dos(as) alunos(as), os(as) quais estão inseridos em um meio social marcado pela instantaneidade das informações.

Sendo assim, os(as) mesmos(as) poderiam tornar os assuntos das disciplinas mais atraentes aos(as) alunos(as), com a utilização responsável da internet, por exemplo. Deste modo, o sistema educacional não se dá a oportunidade para pensar outra forma de fazer educação, não acompanhando assim, a evolução da sociedade e as novas demandas daí advindas. O que reflete para a evasão escolar, o desinteresse dos(as) discentes em estar em sala de aula, em ir para a escola, por exemplo. (CORREIA, 2013).

O sistema de ensino brasileiro, tal como se encontra, no que tange ao currículo escolar, as metodologias, suas práticas pedagógicas, a forma como é construído, está por demais cristalizado em uma única forma de se conceber o(a) indivíduo(a), sendo pois,

muito conservador, não abrindo um espaço para o diálogo, para refletir sobre a realidade presente fora da sala de aula, e também na própria sala de aula, para se debater sobre gênero, o que constitui um desafio frente a um sistema que perpetua as desigualdades de gênero existentes além muro da escola (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011).

Podemos pontuar ainda, que na visão dos(as) conservadores(as) sobre a família, as crianças deveriam ser criadas pela família “normal”, que é a heteronormativa, não podendo ter interferência alguma da escola, do Estado ou da sociedade sobre como devemos educa-las, sob os aspectos de ordem moral e educação sexual dos filhos .

Tal perspectiva, mostra-se desta forma, contrária aos preceitos constitucionais, que estão dispostos na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF-88) que em seu Art. 205, aborda que a educação é um direito fundamental social e um dever conjunto, como expresso no artigo a seguir: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p1). Assim como, diverge de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é a promoção do bem de todos sem preconceitos (art. 3º, IV, CF/88).

Logo deveria ser coibido qualquer ação que tente se opor a visão de mundo deles(as), como ações baseadas nas teorias de gênero, pois para os(as) mesmo(as) há uma ditadura de gênero a promover uma doutrinação das crianças. É a partir desta concepção de mundo, que a escola é aquela à qual tem recebido forte crítica do movimento conservador, vindo assim, a ser “calada” a sua liberdade da prática docente, pensamento crítico, frente ao avanço destes grupos (JUNQUEIRA, 2019).

A existência de educadores(as) pensando em práticas heterogêneas na educação, com formas de fazer educação baseadas no respeito, tolerância, para formar sujeitos mais humanos, solidários, gera nos(as) conservadores(as) o medo de não conseguirem controlar estes(as) indivíduos(as), pondo em xeque o que está posto, marcado pela intolerância, preconceitos, aversão a igualdade social, configurando-se assim, como pânticos morais. A partir daí, vemos o crescimento de grupos conservadores nos mais diversos espaços sociais, inclusive na política, com discursos extremistas em prol da supressão de direitos sociais, da retomada dos antigos valores morais, etc. (GARCIA; GOUVEIA, 2018).

### 3 UMA VISÃO CONCEITUAL SOBRE GÊNERO

Os primeiros estudos de gênero datam dos anos de 1960, quando dos estudos promovidos pelas feministas e pelos homossexuais americanos e europeus, que à época já tinham a concepção que as diferenças entre o homem e a mulher presentes na sociedade tinham uma conotação social e cultural, ou seja, eram construídos na e pela sociedade. Deste modo, os papéis atribuídos aos gêneros não decorriam do aspecto genético, mais sim de uma construção social (SANTOS et al, 2019).

Quanto mais, o gênero se constrói pelas relações sociais e culturais do(a) indivíduo(a) com o passar de suas vivências, sendo mais do que simplesmente desempenhar um papel, pois o gênero faz parte da constituição da identidade do(a)s sujeito(a)s, sendo que na realidade possuímos várias identidades, que podem ter existência temporária, visto que se foram construídas, não são pois, fixas, imutáveis e definitivas (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011).

O gênero pode ser entendido por duas perspectivas: o gênero enquanto reflexo das relações sociais, a qual se verifica diferenças sociais do homem em relação a mulher; e o gênero enquanto fruto das relações de poder, nas quais ocorre o domínio masculino sobre o feminino, sendo internalizado pela sociedade como algo natural, acabando por gerar as desigualdades de gênero (SANTOS et al, 2019).

Logo que a família toma conhecimento do sexo biológico do bebê, expectativas são criadas sobre a criança, como: comportamentos, cores, brincadeiras, dentre outras. A construção desses conceitos, construídos pela sociedade, são reproduzidos no seio da família e da escola. Desde tenra idade educamos meninos e meninas de formas diferenciadas e geralmente antagonistas. Nessa perspectiva, os padrões heteronormativos dizem que a menina deve ser mais delicada, recatada, submissa, enquanto que o menino tem de ser forte, másculo, viril (PRESLHACOSQUI; MARTELLI, 2016).

De acordo com Judith Butler (2015) que questionou a divisão feita entre sexo e gênero no âmbito das concepções feministas, ou seja, a percepção de sexo como natural e gênero como socialmente construído, reproduz um modelo binário – masculino e feminino, consolidando a ideia de gênero constituído como resultante do sexo. Para a autora, se o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo.

A distinção sexo/gênero levada ao seu limite lógico, sugere uma suspensão radical entre corpos sexuados e gêneros construídos mediante a cultura.



Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí a construção de “homens” e “mulheres” sejam aplicadas exclusivamente a corpos masculinos e femininos.

Modernamente, no ocidente foi construído e continua a ser reproduzida a visão diferenciadora dos sexos, utilizando-se da estrutura corporal do homem e da mulher como critério diferenciador dos papéis sociais, o que justificaria o porquê o homem deveria ter privilégios na sociedade sobre a mulher, de algumas características ser direcionada a mulher e não ao homem, como a sensibilidade e a fragilidade, por exemplo. O que demonstra porque ainda hoje a mulher enfrenta muitos desafios para ter sua independência financeira, ser livre dos estereótipos impostos a mesma (OLIVEIRA, 2011).

A hipótese do alinhamento binário origina-se de normas que regem a sexualidade numa perspectiva heteronormativa. Isso foi dito por que quando nasce uma criança, logo é identificada como macho ou fêmea e uma vez reconhecida como tal, espera-se que a criança desenvolva a identidade sexual e de gênero de acordo com o sexo biológico. Concebe o gênero como performance a partir da desconstrução do vínculo sexo/gênero. Assim, a constituição do gênero se daria por meio de inscrições sobre a “política de superfície do corpo” (BUTLER, 2015).

De acordo com Santana e Belmino (2017) ser homem e ser mulher constitui-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Ainda que, estudos apontem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, não de concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou fêmea que faz deste um indivíduo masculino ou feminino. Ainda para os autores, a construção do gênero e da sexualidade dá-se durante toda a vida da pessoa, de forma continuada.

Ao tratar do assunto gênero, é imprescindível saber distinguir o termo gênero com relação ao termo sexo. Gênero se refere a uma construção social e cultural, decorrente da sociedade, a qual determina qual o papel social do homem e da mulher, também podemos compreender gênero quando nos referimos a identidade de gênero, que se dá nos espaços nos quais estamos inseridos, as relações que construímos com os outros, desde a nossa família até na escola. Já a palavra sexo, por sua vez, diz respeito à constituição biológica, anatômica do indivíduo (OLIVEIRA, 2011).

Conforme Lima (2012), o gênero e a sexualidade da criança passam a ser pré-determinados pelos pais antes mesmo do nascimento, isso faz com que eles direcionem a formação da mentalidade da criança com base nos princípios morais e normas culturais



no qual estão inseridos e educando-os com base no sexo biológico dos seus corpos. Nesse sentido, a pessoa do sexo masculino é estimulada desde criança a não ser sensível e não poder expressar medo e dor, recebem de presente brinquedos como carrinho, bola e arma, enquanto que a menina deve ser sensível e carinhosa e ganha boneca, miniaturas de acessórios do lar, produtos de beleza, sendo pressionados(as), assim, a terem comportamentos de acordo com a anatomia de seus corpos.

Com isso, é possível perceber que não é o aspecto biológico que define o que é ser mulher, mas sim a concepção estabelecida pela sociedade quem definirá. Sendo assim, não possuímos uma característica que nos determine enquanto homem e mulher, como bem analisado por Simone de Beauvoir, na célebre frase ‘ninguém nasce mulher, torna-se mulher’, tendo pois esta expressão um duplo significado, ela é produto da cultura, bem como, é uma escolha, ou seja, tornar-se mulher se dará pela construção sociocultural da mesma que gera uma escolha, apesar de sabermos que tal escolha não se dá de maneira livre dos padrões impostos pelo social (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011).

Para bem compreender como os papéis sociais foram determinados para a mulher e o homem ao longo do tempo, é preciso remontar a história, para saber que a mulher enquanto sujeita, por muito tempo esteve em segundo plano na família, visto que na sociedade patriarcal, na qual o homem ditava as decisões, não tinha liberdade, estava relegada ao papel doméstico e maternal. Foi em razão dessa opressão que movimentos feministas lutaram pelo direito ao voto, a liberdade sexual, pelo direito ao trabalho fora de casa, etc. (SANTOS et al, 2019).

Ao se referir à expressão “ideologia de gênero”, podemos concebê-la por dois aspectos, a ideologia de gênero enquanto algo que se compõe de várias ideias juntas, sem que com isso, seja algo negativo, de caráter manipulador ou enganador; e a ideologia de gênero como um fato negativo, imerso de mentiras, falácias, e é esta a concepção defendida pelas pessoas que acreditam não existir desigualdades entre homens e mulheres, que as lutas feministas pela igualdade sexual, e outros direitos mais, seriam na verdade uma farsa. Tais críticos enxergam nos estudos de gênero um perigo para os padrões normativos impostos, como a família tradicional, não se concebendo, pois, as novas configurações de família, por exemplo (MAIA; ROCHA, 2017).

#### **4 O ENSINO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO**

Nem sempre nos identificamos com o gênero que nos foi atribuído pela sociedade, deste modo, é preciso repensar estes papéis sociais impostos a todos, bem como, buscar

combater a sua naturalização, para se ter uma visão mais abrangente sobre as relações sociais, sobre as questões de gênero.

Através da educação escolar é possível tal mudança, pois a escola pode dar uma grande contribuição ao se trabalhar este assunto, visto que vivemos numa realidade marcada pela pluralidade de sujeito(a)s, que também se encontram no ambiente escolar, seja enquanto aluno(a), professor(a), ou outro(a) colaborador(a) da instituição, e que muitas vezes estão sofrendo preconceito em virtude de sua orientação sexual fugir do padrão heteronormativo da sociedade, o que acaba por leva-los(as) a não poder exteriorizar sua sexualidade, justamente porque nos espaços sociais nos quais estão inseridos(as) ser envolto por muita desinformação, preconceitos, estereótipos, acabando por reprimir a subjetividade destes(as) indivíduos(as) (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Vianna (2015), nos anos de 1990 e início dos anos 2000, verificou-se aumento a respeito de discussão das relações de gênero no âmbito das políticas públicas no contexto da educação. Dessa forma, o tema sobre diversidade foi bastante utilizado, articulando com as noções de desigualdade e discriminação nesses espaços. Os discursos sobre respeito às diversidades surgiram no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), abordando discussões significativas acerca de temas como: raça, racismo, discriminação, dentre outros.

No que diz respeito à educação brasileira, desde o seu surgimento foi influenciada pelos europeus onde exerceram sobre os nativos e escravos africanos diversas formas de violência, no que diz respeito, a sua sexualidade, religiosidade e linguística, menosprezando as diversas culturas existentes, priorizando a cultura eurocêntrica, em um processo de aculturação (LIMA, 2012).

O(A) professor(a) nem sempre tem o conhecimento sobre assuntos tais como: tipos de orientação sexual ou o que é identidade de gênero. Isto tudo causado muitas vezes pela desinformação, por não ser ele(a) um(a) dos que vivenciam estas questões e por isto não sofre preconceito. No entanto, se mostra urgente este conhecimento a todos(as) os(as) educadores(as), porque por meio do ensino sobre as diferentes maneiras de se relacionar com o(a) outro(a), estaremos retirando os(as) sujeitos(as) da ignorância, do medo em relação a quem nos é diferente, dos preconceitos, para poder trazê-los(as) ao esclarecimento, propiciando assim, uma educação para a diferença (OLIVEIRA, 2011).

Na escola, o modelo heteronormativo ocupa um lugar privilegiado na manutenção da desigualdade entre os gêneros e na potencialização do preconceito e discriminação dos gêneros não-binários porque a estrutura coerente entre sexo biológico, desejo sexual

heterossexual e comportamento esperado masculino e feminino determinam o que é considerado normal, anormal e saudável para a vivência da sexualidade dos(as) sujeitos(as) (GRAUPE; LINS, 2018).

O(a) docente que é aquele(a) que está na “linha de frente” da educação, que tem contato constante com os (as) alunos(as). Talvez aqueles(as) nem tenham a plena noção do quanto influenciam na formação destes, através de suas palavras e sobre as coisas que repassam em sala, quando reverberam palavras de cunho machista, colocando a mulher em situação de inferioridade em relação ao homem, ou com frases homofóbicas, que por mais ingênuas que possam parecer, tem impacto direto na formação de seus alunos e alunas (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011).

A homofobia e o heterossexismo atingem a todas e todos indistintamente por meio do controle e da vigilância, no entanto, possuem alguns alvos preferenciais. O macho em posição dominante da masculinidade hegemônica, não será questionado ao agredir alguém percebido como menos homem, ao contrário, para manter seus privilégios de homem de verdade, terá um arsenal heterossexista ao seu dispor (JUNQUEIRA, 2013).

Sendo assim, estupros mesmo que ocorrido em homens são truculências heterorreguladores de afirmação masculina e heterossexual. Em todos os casos, são atos de tortura, discriminação, desapossamento e anulação física, social, psicológica e simbólica. Sua efetuação em grupo é constante em situações em que “outro” é reduzido à condição de presa ou prêmio, atrocidades coletivas de aniquilamento heteronormativo (JUNQUEIRA, 2012).

Conforme Lima (2012), a não aceitação ao diferente ocorre por meio da defesa de princípios morais e éticos ultrapassados, enraizados na nossa cultura, por não querer aceitar e conviver com as diferenças. Faz-se necessário reconhecer esses conceitos distorcidos, romper obstáculos, o que se torna um enorme desafio, visto que é mais cômodo culpabilizar os(as) sujeitos(as) que são considerados(as) diferentes do padrão heteronormativo, isto é, que desenvolvam comportamentos e ações nas quais são definidas como corretos diante de um determinado perfil da sociedade.

Para Borrillo (2009) a homofobia se configura como um importante mecanismo na instauração de um regime binário de sexualidades que se traduz na valorização da heterossexualidade em relação à homossexualidade, de forma verticalizada, resultando em uma constante interpelação dos(as) sujeitos(as) da diversidade sexual para que se efetive a readequação da identidade sexual e de gênero de acordo com o modelo dominante.

Segundo Junqueira (2011) quando se trata da heterossexualidade no ambiente escolar, se faz necessário perceber que na escola (e também fora dela), há repetições das “verdades” postas pela matriz heterossexual e, portanto, pelas normas de gênero, que aprofunda o processo de distinção e elevação estatutária dos sujeitos pertencentes ao grupo de referência, os heterossexuais, em especial os homens heterossexuais. A norma os presume, ao mesmo tempo em que sua incessante reiteração garante maior firmiação das crenças associadas ao estereótipo, podendo levar a sua “profecia” ou a se cumprir ou a exercer seus efeitos de poder na inclusão periférica ou na completa marginalização do “outro”.

A escola e a família, juntamente com outros espaços sociais, ao mesmo tempo em que atuam na reprodução de mecanismos relativos à dominação masculina e à heteronormatividade, é um local privilegiado para a desconstrução de preconceitos e a construção de uma consciência crítica e de desenvolvimento de práticas de respeito à diversidade e aos direitos humanos (BRASIL, 2007).

Para Lima (2012), a escola não tem conseguido acompanhar o ritmo de informações na sociedade atual direcionando-se a uma postura contrária ao senso crítico do(a) aluno(a), seja por falta de segurança do(a) professor(a) ou pelo não aprofundamento sobre determinados temas que reforçam a reprodução de estereótipos ultrapassados que não condizem com o perfil atual da nossa sociedade.

Quando levamos o debate do gênero para o campo da educação infantil, notamos que tal setor é o primeiro espaço de socialização mais abrangente das crianças. E é por meio deste espaço que é propiciado a criança conviver com outras crianças, num espaço coletivo de diferenças de culturas, crenças religiosas, etc. (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011).

De acordo com Oliveira, Silva e Salva (2011), na educação infantil, as crianças têm uma forma diferente de conceber os papéis de gênero, haja vista, que elas não possuem a visão sexista dos adultos, de tal modo que as mesmas não fazem julgamentos discriminatórios relativos ao fato de ter um professor homem na sala de aula, por exemplo, para elas é indiferente o educador ser do sexo masculino ou feminino.

Em relação aos(as) educadores(as) fica o desafio no momento de planejar a aula a ser ministrada, de estarem conscientes da importância do conteúdo dado em sala, sobre quais sujeitos(as) eles(as) querem formar, em vista de uma sociedade mais humana, solidária, que respeite as diferenças, que inclua, combata os preconceitos, diante de um sistema educacional que é resistente a mudanças, que desconsidera o processo de

formação dos(as) sujeitos(as), para servir aos anseios dos jogos de poder políticos (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011).

Nota-se a falta do fortalecimento das ações docentes de combate à discriminação e aos diversos tipos de preconceitos ligados a diversidade, a capacitação e o embasamento teórico para que possibilite uma reflexão acerca dessa temática na perspectiva de transformar as práticas de ensino como desconstrutora de preconceitos, rompendo os ciclos de reprodução do mesmo no contexto escolar (LIMA, 2012).

O(a) professor(a) pode fazer uso do conhecimento sobre gênero para trazer à tona aos(as) alunos(as) às contribuições do movimento feminista na luta por direitos. Como também, perceber que esses padrões de comportamentos impostos tanto ao homem, quanto a mulher acabam por causar uma repressão a ambos, pois o menino que foge do padrão esperado para um homem, também sofrerá preconceitos e discriminações. É necessário trabalhar a temática de gênero desde a inserção do sujeito nos primeiros anos escolares, num processo continuado, para que seja internalizada, corroborando para o respeito às diferenças (OLIVEIRA, 2011).

Mostra-se importante o respeito a diversidade na escola, na sociedade. Tal concepção de se trabalhar a diversidade permite ganhar apoios na discussão política e na construção de direitos, porém o desafio segue no conceito de diferença/ desigualdade, visto que não se articulam o direito à educação com temas de gênero e diversidade sexual, por exemplo. É nítido que os parâmetros tradicionais impostos pela sociedade, através de relações de poder, mantêm as relações de gênero, limitando novos conceitos e a possibilidade de melhorar políticas públicas voltadas a educação. Deste modo, é preciso incluir o tema diversidade como uma estratégia de diminuir as segregações e desigualdades, bem como superar o âmbito das relações de gênero que são produzidas socialmente (VIANNA, 2015).

Oliveira (2011) sugere a abordagem de gênero em todas as disciplinas escolares, como na matéria de português, fazendo o uso da literatura para mostrar o protagonismo da mulher na sociedade, a luta das mulheres feministas; na matemática, utilizar como fonte de estudo os dados estatísticos referentes à violência contra a mulher e contra os homossexuais, com a intenção de além de aprender cálculos, os alunos sejam instigados a refletirem sobre a gravidade das violências geradas pelo preconceito, machismo e intolerância; na disciplina de história, revisitar quais foram os papéis sociais que as mulheres tiveram ao longo dos períodos históricos, quais tipos de opressão sofriam em outras épocas, a luta das mesmas pelo voto feminino, dentre outros.

Além disso, podemos fazer uso da biologia para trabalhar a sexualidade, a orientação sexual, a compreensão que os cuidados numa relação sexual devem ser de responsabilidade dos dois, e não somente da mulher, desmitificar informações sobre a Aids, a importância da educação para saúde etc.; na sociologia, estudar como ocorre as relações de poder na sociedade, na qual o homem se sobrepõe a mulher, e geram a desigualdade de gênero, analisar o movimento feminista como um movimento de cunho social pela luta pelos direitos das mulheres (OLIVEIRA, 2001).

Como também, na filosofia, demonstrar que a própria história da filosofia, foi marcada por filósofos que não compreendiam a mulher como sujeita de direitos, o que refletia nas obras dos filósofos, sendo repassada por muito tempo esta visão sobre a mulher, bem como, quais filósofos pensavam diferente dos demais (OLIVEIRA, 2011).

Para Ferreira e Souza (2018) a partir do conhecimento formal ofertado pela escola, a classe social mais necessitada poderá ter a oportunidade de mudar sua situação socioeconômica. Tendo como suporte a educação, a pessoa poderá ter consciência crítica do seu papel social buscando sua autonomia, podendo assim desprender-se da classe oprimida e construir novas formas de ordem social, mais humana, justa e igualitária.

Dessa forma, a educação pode ser compreendida como um ato político, que atravessa as relações entre educando(a) e educador(a) e que se estende a toda a sociedade. Sendo assim percebe-se que não há uma neutralidade no campo educacional, pois somos sujeitos(as) políticos(as), inclusive os(as) docentes(as) que pensam, refletem, são críticos(as) e não, profissionais alheios(as) as realidades e desigualdades sociais presentes em nosso cotidiano, como desejam os(as) conservadores(as).

Segundo Freire (2016) em sua obra a pedagogia do oprimido, a educação tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto pessoas ou povos, em sua luta incessante de recuperação e transformação de sua humanidade. Dessa forma, se a educação, especialmente a brasileira, sempre ignorou a política e a política de alguma ignorou a educação estando a serviço das classes dominantes.

Os estudos freireanos têm muito a nos ensinar, na medida que, estão pautados em uma educação voltada para a liberdade: seus estudos são direcionados às classes sociais mais baixas, considerando que, por meio da educação inclusiva e menos desigual, essas pessoas sejam capazes de se instrumentalizarem e se prepararem intelectualmente, de forma a modificar a sua realidade e agirem contra a opressão das classes dominadoras e do capitalismo.

Essa luta entre opressor(a) e oprimido(a) só faz sentido se por meio da busca pela humanidade na qual o(a) oprimido(a) liberte a si e aos seus (as) opressores(as), libertar-se de uma realidade opressora que os desumaniza. Nesse sentido, pensar em uma educação como prática de liberdade irá permitir que as classes dominadas criem condições de refletir e descobrir-se enquanto sujeito(a) protagonista de sua história (FERREIRA E SOUZA, 2019).

## 5 O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Desde o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma, no ano de 2016, vemos um verdadeiro desmonte da educação brasileira, através de diversas contrarreformas como o congelamento dos gastos públicos que tem reflexo direto na educação pública, visto que impede o investimento de maneira significativa nas creches, na educação básica, ensino fundamental/médio e nas universidades, bem como, o corte de orçamento para pesquisa científica, por exemplo. Também, a reforma trabalhista é um retrocesso diante dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora e a reforma da previdência, que preocupa os(as) brasileiros(as), especialmente as pessoas que se encontram em maior vulnerabilidade social, que são os(as) maiores afetados(as) por estas reformas (ARAÚJO, SOBRAL, AYRES, 2018).

Sendo assim, em 2004 foi criado o movimento Escola Sem partido (MESP) pelo Advogado Miguel Nagib, como uma Organização Não Governamental (ONG), modificada posteriormente para associação em 2015. Tal movimento traz um discurso supostamente “neutro”, que não teria um viés ideológico. O movimento se apropria da situação na qual o Brasil passava e ainda vivencia de descrença da população pela classe política, ante as denúncias de corrupção que assolam o país, pelo retorno abertamente do conservadorismo na sociedade, pautados em argumentos fundamentados no senso comum, defendendo que a escola não produza discursos ideológicos (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018).

Nesse sentido, esses grupos tentam barrar os estudos de gênero nas escolas, através do silenciamento dos(as) docentes frente aos termos sexualidade e gênero, usando como justificativa a ideia de proteger as crianças, por considerar tais estudos uma ameaça a sociedade. Esse tipo de “discurso verdadeiro”, por parte dos(as) conservadores(as), reforça a heteronormatividade como forma única de existência, não aceitando assim, as diferenças, que são consideradas como anormais ou não-divinas (BONFANTI; GOMES, 2018).



Vários grupos conservadores se consolidaram também no campo político, observados nas eleições de 2018, apresentando campanhas e discursos negativos direcionados a igualdade de gênero, orientação sexual, feminismo e ao público LGBTQI+. Diante do contexto histórico e estrutural, quando surgiam grupos conservadores no campo religioso, em vários países foram pensadas estratégias para romper com as ações de políticas educacionais com intuito de fortalecer e promover a igualdade de gênero e direitos sexuais. (MARTINS; TEIXEIRA, 2019).

Para Junqueira (2017) as estratégias na educação para barrar as discussões de gênero denunciam mobilizações com o objetivo de intimidar as pessoas e instituições que defendem os programas que envolvem direitos e diversidade, utilizando do moralismo e questões religiosas, colocando o que é ameaça para as ‘famílias de bem’.

Desse modo, buscam impedir o papel da escola quanto a formação, ao respeito as diferenças, a liberdade de expressão e ao senso crítico, tirando assim, a oportunidade de questionar saberes dados como verdadeiros acerca de padrões impostos, como as normas de gênero do que é ser um homem ou mulher.

Diante da existência de grupos conservadores no Brasil, Bonfanti e Gomes (2018) abordam que o MESP, se compõe de grupos religiosos e grupos políticos da direita, que se posicionam contra a chamada “ideologia de gênero”, ao passo que afirmam existir uma doutrinação nas escolas, colocando em riscos os(as) alunos(as), principalmente as crianças.

A escola é, e sempre deveria ser um espaço para o diálogo, onde se rompa o silêncio, promova discussões sobre igualdade de gênero, rompendo com a naturalização das opressões, onde aborde-se temas relevantes, como violência de gênero e abusos sexuais infantis no âmbito intrafamiliar, por exemplo. Nesse sentido, coaduna a ideia insculpida na Carta Magna, no seu Art. 206, ao abordar os princípios do ensino que deverá ser ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como assegurar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 1988).

No entanto, os defensores de uma “ideologia de gênero” objetivam o oposto, impedindo que se realizem essas ações no contexto educacional. É, portanto, urgente que se discuta acerca de assuntos sobre gênero, visto que ao fazer o contrário ficaremos do lado dos(as) agressores(as) e do silêncio frente a uma sociedade patriarcal e homofóbica (BONFANTI; GOMES, 2018).

A crítica que fazem em relação à discussão de política na escola, na verdade esconde o motivo real, que é não tratar de assuntos ou visões que sejam antagônicos ao sistema político dominante no país, que é da elite política, conservadora, branca e heteronormativa. Deste modo, são contrários a visão crítica que questione o que está posto, as desigualdades sociais que assolam o Brasil, a opressão do dominante sobre o dominado, do rico sobre o pobre, onde as minorias não podem ter voz e vez na sociedade, buscando assim, a permanência de privilégios de alguns sobre os demais (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018).

O MESP ao defender que não deve existir ideologias no ambiente escolar, na realidade está mascarando suas reais intenções, quais sejam: impedir a liberdade de pensamento crítico dos(as) alunos(as) tornando-os(as) sujeitos(as) passivos(as) e alienados(as), subestimando sua capacidade crítica e aos(as) professores(as) sendo retirada integralmente sua autonomia, buscando com isso, silenciar as opiniões que são diferentes ao que está posto. O plano que defendem apresenta-se contraditório, uma vez que, afirma-se neutro, ao mesmo tempo que é constituído por um discurso bastante ideológico, em razão de colocar a prática educativa como uma doutrinação ideológica reduzindo assim o termo política a partido político (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018).

A educação escolar é mais do que, ensinar a ler e escrever, aprender a fazer cálculos matemáticos, ou a transmissão de conteúdos de maneira repetitiva, sem o cuidado com a formação crítica dos(as) sujeitos(as), como defendem os(as) conservadores(as). O ato de educar exige do(a) docente compromisso ético, que importe-se com o contexto social no qual os(as) alunos(as) estão inseridos(as), ou seja, as questões sociais que perpassam nossas vidas, também devem fazer parte do processo educativo. Até porque somos seres sociais, reflexo do componente biológico em interação com as construções sociais (CORREIA, 2013).

Quanto mais este movimento conservador, possui vieses de exaltação dos avanços da tecnologia e do tecnicismo na educação, em detrimento da reflexão sobre as consequências que produzirão na formação dos(as) indivíduos(as), sem trazer à tona os interesses econômicos, religiosos e morais, que estão imersos em seus discursos. Para os(as) defensores(as) do MESP, ideológico é defender a mulher, o gênero, as minorias, seria enfim doutrinar a sociedade. Já a defesa ao liberalismo e ao conservadorismo, não seria ideológico, trazendo a ideia que eles(as) são portadores(as) de uma verdade inquestionável (GUILHERME; PICOLI, 2018).

Deste modo, tenta-se pôr à prova a capacidade técnica, intelectual e moral dos(as) docentes, a partir da perspectiva que o seu fazer enquanto prática profissional não condiz com a real necessidade dos(as) discentes, pois, estaria fugindo do aceitável para se educar de maneira eficaz as crianças e adolescentes. Estas visões repassadas por determinados grupos e até mesmo por parte mídia, acaba não contribuindo para um diálogo sério, com embasamento científico e estatístico sobre a veracidade dos problemas e possibilidades de mudanças para a melhoria da educação no país.

A educação brasileira como se encontra hoje, é uma educação a serviço do mercado, reflexo do capitalismo, que visa o lucro, que prega a individualidade, a objetividade e a competitividade, buscando “corpos e mentes domesticados”. Como tal, esta educação está voltada para a eficiência do ensino, qualidade, e resultados de excelência, numa visão tecnicista, como resposta a demanda unicamente de técnicos para o mercado de trabalho (CORREIA, 2013).

Desse modo, cabe a reflexão do quão relevante é a discussão de tais temáticas dentro da escola tendo em vista a extensão social, pois quando há o silenciamento acaba sendo permitido a continuidade dos modelos tradicionais e conservadores acarretando desigualdades, opressões e sofrimentos diversos (SILVINO; HENRIQUE, 2017).

Diante do exposto até então, os argumentos utilizados para defender a exclusão de discussões sobre gênero nas escolas, trazem várias implicações, principalmente no que se refere as relações de gênero no próprio ambiente escolar e também fora desse espaço, na sociedade em geral, na qual ao proibirem tais discussões estarão contribuindo para o fortalecimento do patriarcado, machismo e sexismo, fortalecendo assim uma concepção de escola opressora.

O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457, proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR), declarou como inconstitucional a Lei Municipal 1.516/2015 do Município de Nova Grama (Goiás), que proíbe a utilização de material didático que se refira ao termo “ideologia de gênero” nas escolas públicas municipais, por reconhecer como de competência da União a criação de normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino ou modo de exercício da atividade docente (STF, 2020).

Segundo Silvino e Henrique (2017) a escola deve combater todas as formas de preconceito existentes, sendo um espaço democrático, contribuindo para a criticidade de cada aluno(a), para a formação de opiniões pautadas em uma pluralidade de ideias e não

em um único modelo. E isso só é possível quando há a inclusão da temática gênero, orientação sexual, racismo, entre tantas outras, na base curricular que devem ser obrigatórias por fazer parte da nossa constituição enquanto seres humanos.

Diante disso, compreende-se que a exclusão das temáticas de gênero e sexualidade, da matriz curricular do ensino é um retrocesso para a sociedade, que produz vários efeitos negativos, tendo como exemplo a manutenção de conhecimentos e práticas cristalizadas pautadas em uma normativa, excludente, discriminatória, invisibilizando e negando a pluralidade de saberes e das diversas formas de ser e existir (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível, portanto, que o gênero é construído culturalmente na sociedade, ou seja, pela nossa interação enquanto sujeitos(as) sociais que somos, no qual verificamos desde os primeiros anos de vida a imposição dos padrões de comportamento e de ser do(a) indivíduo(a) esperados pela sociedade. Nesta perspectiva, é clara a diferenciação estabelecida para o homem em relação à mulher, na qual o sexo feminino é tratado como inferior, gerando a desigualdade de gênero.

Nota-se o quanto o conservadorismo se faz presente na prática educacional brasileira, com concepções metodológicas que não possibilitam a formação crítica dos(as) alunos(as), a liberdade de expressão, o diálogo entre visões divergentes, o que acaba por também reproduzir os papéis de gênero heteronormativo no espaço escolar, não colaborando deste modo, para a desconstrução de preconceitos, para a tolerância e o respeito às diferenças, tão importante para o convívio social.

Ademais, o conservadorismo verificado nos últimos tempos no Brasil, que prega o moralismo, a imposição de concepções religiosas nos espaços sociais, a permanência do patriarcalismo, do machismo reinante, a submissão da mulher ao homem, bem como, os discursos de ódio, intolerância, homofobia e preconceitos diversos têm gerado reflexos diretos na educação brasileira, intensificando o conservadorismo já existente no espaço escolar, impedindo a liberdade de expressão e de pensamento dos(as) alunos(as) e professores(as), impedindo que a escola possa ser um local que promova o respeito à diversidade, a pluralidade de sujeitos, uma educação para as diferenças.

Logo, a atuação do MESP, acaba por legitimar o conservadorismo da sociedade brasileira no âmbito da educação, em uma concepção empresarial de educação nos moldes capitalistas, promovendo, assim, uma mordça aos (as) docentes em sala de aula,

dificultando que a escola aborde questões de gênero, sexualidade e diversidade, buscando com isso, tornar a prática pedagógica acrítica e desumanizada.

Sugere-se novos estudos sobre como a educação baseada no conservadorismo contribui ou não para a formação de cidadãos mais conscientes, humanos e críticos. Como também, quais os impactos psíquicos e de direitos que educação conservadora gera nas minorias como negros, pobres, mulheres e LGBTQI+. Além disso, cabe analisar os atores sociais que estão à frente da onda conservadora no Brasil, sobre a intervenção do Estado na educação por meio de ideologias religiosas e moralizantes, sendo que o Brasil é um Estado laico.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raquel Dias; SOBRAL, Karine Martins; AYRES, Natália. O conservadorismo e seus desdobramentos na educação brasileira. *Marx e o Marxismo*, v.6, n.10, p. 85-102, jan/jun, 2018.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?. *Periódicus*, Salvador, n. 9, v. 1, p. 105-121, maio-out., 2018.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 05 de Julho de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cadernos SECAD - 4. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres: Ed. UNB, p. 15-46, 2009.  
BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORREIA, Wilson Francisco. O que é Conservadorismo em Educação. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v.18, n.2, p.78-90, maio/ago., 2013.

FERREIRA, Jovanka Mariana de Genova; SOUZA, Gisele Pereira de. Reflexões acerca do movimento 'Escola sem Partido' inspiradas

pelas teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 11, n. 2, pag. 35-59, maio/ago., 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 60ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GARCIA, Alexandre; Gouvêa, Tânia da Costa. Furando a "Grande Onda"?: tensões e sentidos de docência e currículos frente ao conservadorismo. In: *Revista Communitas*, V2, Edição Especial: Conservadorismos: políticas e educação, p. 27-46, 2019.

GRAUPE, Mareli Eliane; LINS, Cleci Terezinha Lima de. Gênero e Diversidade Sexual: homofobia no contexto escolar. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 1, p.141-156, jan./mar., 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antônio. Escola Sem Partido – elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. *Revista Brasileira de Educação*, v.23, p. 1-23, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade no currículo em ação. IN: CASA GRANDE, Lindomar Salete; DA LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes de (orgs). Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia. 1ª ed. Curitiba: ed. UTFPR, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p.481-498, jul./dez., 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Organizadoras). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 25-52, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Revista Bagoas, v. 01,nº 01, p. 1-22, 2018.

LIMA, José Rosamilton. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. Revista Memento, v. 3, n. 1, p. 33-50, jan./jul, 2012.

LIMA, Yana Gomes de. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, pag. 1-15, 2019.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; ROCHA, Damião. Ideologia de Gênero: tensões e desdobramentos na Educação. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n.25, p. 402-419, set/dez, 2017.

MARTINS, Francine Netto; TEIXEIRA, Alessandra. O horror à igualdade: o discurso da “ideologia de gênero” no movimento Escola sem Partido. Periódicus, Salvador, n.11, v. 2, pag. 161-181, maio/out., 2019.

MENESES. J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações Pós-Coloniais à Formação em Psicologia. Psicologia e Sociedade, v. 31, p.191-231, 2019.

OLIVEIRA, Polyanna Claudia. A Importância do ensino sobre questões de gênero na educação. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf> . Acesso em: 15 de Julho de 2021.

OLIVEIRA, Keila de.; SILVA, Ethiana Sarachin da. SALVA, Sueli. Relações de Gênero e Educação. Sociais e Humanas, Santa Maria, v.24, n.02, p.101-110, jul/dez., 2011.

PRESLHACOSQUI, Marines; MARTELLI, Andréa Cristina. Sexualidade: Gênero e Diversidade na Escola. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Curitiba: SEED, 2016.

SANTANA, José Ricardo de Sousa, BELMINO, Marcus Cezar de Borba. “Identidades de gênero na perspectiva da teoria do self: uma leitura “gestáltica” acerca da sexualidade na



contemporaneidade”. Revista IGT na Rede, v. 14, nº 27, p. 136 – 162, 2017.

SANTOS et al , Robério Gomes dos. Violência contra a Mulher à Partir das Teorias de Gênero. Id on Line Rev.Mult. Psic., vol.13, n.44, p. 97-117, 2019.

SANTOS, Rayani Mariano dos. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. Agenda Política, v. 8, n. 1, São Carlos, pag. 50-77, 2020.

SILVEIRA, Zuleide S.; TERRA, Dinah Vasconcellos. Para onde vai a educação?: lutas ante o conservadorismo. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 6, n.11, p.1-14, jul./dez., 2019.

SILVINO, Dariana Maria; HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Godim. A importância da discussão de gênero nas escolas: uma abordagem necessária. 2017. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/aimportanciadadiscussaodegeneronasescolasumaabordagemnecessaria.pdf>. Acesso em 10 de Julho de 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457 Goiás. 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF457.pdf>. Acesso em: 16 de Julho de 2021.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. Educ. Pesqui., São Paulo, vol. 41, n. 3, p.791-806, 2015.